

**ATA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA**  
**Nº 2026/0219, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2026.**

1 **Horário:** 10h. **Local:** Videoconferência. **Membros Presentes:** Vice-Presidente de Controle Interno,  
2 Marlise Alves Silva Teixeira; e os Conselheiros Marcos Alexandre Emilio, Fernando Richartz, Bianca dos  
3 Santos Ribeiro de Oliveira e Luiz Ricardo Espíndola. **Justificativas:** Silvio Alexandre Zancanaro e Alcindo  
4 Oliveira Lopes. **Outras Presenças:** Coordenador Contábil-financeiro do CRCSC, Hermelindo Júnior  
5 Soares; e Diretor de Administração e Infraestrutura, Cleber Dias. **ORDEM DO DIA.** A Vice-Presidente  
6 declarou aberta a reunião e apresentou a pauta: Prestação de Contas de junho de 2026; Crédito  
7 Adicional Suplementar; Auditoria do Exercício de 2025 – relatório final; Alienação das Salas do Edifício  
8 Dias Velho; e Governança – Resolução CFC nº 1.797/2026, reuniões da Comissão de Governança e do  
9 Comitê de Integridade. **PRESTAÇÃO DE CONTAS – JUNHO DE 2026.** Inicialmente, foram apresentados e  
10 analisados os demonstrativos de Receita Prevista e Receita Realizada, acumulados até junho de 2026,  
11 com série comparativa em relação ao exercício de 2025. Para 2026, a receita prevista acumulada  
12 totalizou R\$ 14.150.740, enquanto a receita realizada alcançou R\$ 14.577.563, correspondendo a 103%  
13 do previsto. No exercício de 2025, os valores acumulados foram R\$ 13.293.302 (prevista) e R\$  
14 14.063.190 (realizada), representando 106% do previsto. Apresentou-se ainda o detalhamento da  
15 Receita Realizada, contemplando contribuições de profissionais e organizações contábeis no montante  
16 de R\$ 13.363.527, correspondentes a 91,67% da receita total — sendo R\$ 11.036.178 de profissionais e  
17 R\$ 2.327.349 de organizações contábeis —, além de receitas de exploração de bens e serviços (R\$  
18 9.542), receitas financeiras (R\$ 1.108.411), transferências (R\$ 17.070) e outras receitas correntes (R\$  
19 79.014), não havendo receita de capital no período. O coordenador Hermelindo informou que com  
20 relação às receitas de exploração de bens e serviços ‘Receitas Diversas’, verificou-se redução no  
21 comparativo interanual, decorrente do fato de que o montante de R\$ 46.909 apurado em 2025 refletia,  
22 essencialmente, as inscrições do concurso público realizado naquele exercício, não havendo certame  
23 equivalente em 2026. As receitas financeiras, por sua vez, registraram crescimento de 6,53%,  
24 correspondente aos juros incidentes sobre as anuidades em atraso. No tocante às multas por ausência  
25 às eleições, esclareceu-se que, até junho do exercício em que houve lançamento das multas de 2024,  
26 relativas à eleição de 2023, o valor arrecadado havia alcançado cerca de R\$ 196.000, ao passo que, no  
27 mesmo período de 2026, a arrecadação foi de R\$ 39.664, não sendo possível precisar, de imediato, se a  
28 variação decorre de menor volume de multas lançadas ou de efetiva dificuldade de cobrança. Ponderou-  
29 se que esse comportamento se reflete no índice de inadimplência, que apresentou elevação no período:  
30 entre os profissionais, o percentual passou de 21,34%, em junho de 2025, para 22,60%, em junho de  
31 2026; e, entre as organizações, ainda que não sujeitas a multa eleitoral, de 12,35% para 12,82%. Foram  
32 apresentados os saldos bancários em 30/06/2026, com conta corrente totalizando R\$ 97.061,77 (Banco  
33 do Brasil R\$ 84.196,84 e Caixa Econômica Federal R\$ 12.864,93) e investimentos de R\$ 14.092.088,35  
34 (Banco do Brasil R\$ 11.958.400,66 e Caixa Econômica Federal R\$ 2.133.687,69), perfazendo saldo total  
35 do CRCSC de R\$ 14.189.150,12. Quanto aos fundos de investimentos, o saldo conjunto, em 30/06/2026,  
36 atingiu R\$ 14.055.302,88, distribuído entre Topazio (CEF), com saldo de R\$ 2.115.278,59 e rentabilidade  
37 de 1,11%, e Solidez (BB), com saldo de R\$ 11.940.024,29 e rentabilidade de 1,04%, totalizando  
38 rendimentos de R\$ 154.280,66 no período. Em relação às despesas acumuladas até junho de 2026, a  
39 despesa prevista somou R\$ 9.747.528, e a despesa realizada, R\$ 9.610.656, o que representa 99% da  
40 previsão. No exercício de 2025, a despesa prevista no mesmo período foi de R\$ 8.411.103 e a despesa

**ATA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA**  
**Nº 2026/0219, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2026.**

41 realizada foi de R\$ 10.687.990. O detalhamento da despesa realizada em 2026 revelou as seguintes  
42 composições: pessoal e encargos R\$ 4.357.782 (45%), uso de bens e serviços R\$ 1.996.542 (21%),  
43 financeiras R\$ 75.462 (1%), tributárias R\$ 76.475 (1%), cota parte R\$ 2.736.547 (28%), outras despesas  
44 R\$ 19.083 (0,2%) e investimentos R\$ 348.765 (4%). Com base na diferença entre a receita arrecadada e  
45 a despesa liquidada, apurou-se o superávit orçamentário acumulado até junho de 2026 no valor de R\$  
46 4.966.906,95, superior ao resultado de R\$ 3.375.200,25 registrado no mesmo período de 2025. Após  
47 análise técnica, a Câmara de Controle Interno emitiu parecer, mediante Ata nº 2026/219, pela  
48 aprovação da Prestação de Contas do CRCSC referente ao mês de junho de 2026, incluindo a análise das  
49 despesas do referido mês. **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – JUNHO DE 2026.** Na sequência, foi  
50 apresentada a abertura de crédito adicional suplementar ao Orçamento de 2026, formalizada pela  
51 Portaria PRES n.º 170, de 29 de junho de 2026, com recursos provenientes da anulação parcial de  
52 dotações orçamentárias, no montante de R\$ 650.000,00. A suplementação destinou-se, principalmente,  
53 ao reforço de dotações para despesas com diárias e passagens de funcionários e conselheiros, materiais  
54 para manutenção de bens móveis, serviços de apoio administrativo e operacional, capacitação e outras  
55 despesas de custeio, sendo integralmente compensada pela redução das dotações de serviços de  
56 divulgação institucional e de equipamentos de processamento de dados. Foi esclarecido que a abertura  
57 do crédito decorreu, sobretudo, da necessidade de realização de manutenções corretivas não previstas  
58 no sistema de climatização central e no elevador da sede do CRCSC. No caso do elevador, houve a  
59 substituição do drive responsável pelo seu comando, ao custo de R\$ 30.000,00, enquanto a manutenção  
60 do sistema de climatização totalizou R\$ 77.000,00. Quanto às demais dotações suplementadas,  
61 informou-se que visam atender às despesas previstas até o encerramento do exercício, especialmente  
62 aquelas relacionadas às viagens de funcionários e conselheiros para participação em eventos  
63 institucionais da classe contábil, bem como a despesas com inscrições, capacitação e auxílio-  
64 deslocamento, algumas das quais não constaram da previsão orçamentária inicial. Registrou-se, ainda,  
65 que a elaboração da proposta orçamentária para 2027 terá início no mês seguinte. Após a análise da  
66 justificativa, da Portaria e dos demonstrativos constantes do processo, a Câmara de Controle Interno,  
67 reunida em 22/07/2026, emitiu parecer favorável à abertura do crédito adicional suplementar.  
68 Esclareceu-se, por fim, que esse tipo de crédito é submetido à apreciação da Câmara de Controle  
69 Interno, mas dispensa deliberação do Plenário, uma vez que a Resolução que aprovou o orçamento do  
70 exercício autoriza a Presidência a promover, por meio de portaria, remanejamentos de até 30% do  
71 orçamento anual. Ressaltou-se que esta foi a primeira movimentação orçamentária realizada no  
72 exercício de 2026. **AUDITORIA CFC – EXERCÍCIO DE 2025 – RELATÓRIO FINAL.** Prosseguindo, foi  
73 apresentado o relatório final da auditoria do Conselho Federal de Contabilidade referente ao exercício  
74 de 2025. No âmbito de Licitações e Contratos, registraram-se três apontamentos: quanto ao Documento  
75 de Formalização de Demanda (DFD), apontou-se a necessidade de simplificar o detalhamento do objeto,  
76 situação com recomendação atendida, mediante a adoção de novos modelos padronizados (CFC e  
77 Governo Federal); quanto ao Estudo Técnico Preliminar (ETP), apontaram-se fragilidades no processo,  
78 com justificativas apresentadas, situação em melhoria contínua, com necessidade reconhecida pela  
79 gestão e proposta de implementação de medidas de aprimoramento; e, quanto à Contratação  
80 Emergencial, apontou-se fragilidade na elaboração, e ação relativa à não contabilização dos insumos em

**ATA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA**  
**Nº 2026/0219, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2026.**

81 materiais de almoxarifado utilizados na prestação de serviços terceirizados. No âmbito da Governança,  
82 quanto à Segregação de Funções, o contexto envolveu limitações estruturais de pessoal informadas pelo  
83 Regional, tendo a gestão assumido o compromisso de aperfeiçoamento progressivo dos controles  
84 internos, com verificação da eficácia das medidas nos próximos ciclos de auditoria; e, quanto à Gestão  
85 de TI, referente ao acompanhamento e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e  
86 Comunicação (PDTIC), foi instituído processo SEI específico e exclusivo para o controle da execução do  
87 PDTIC, com avaliação detalhada prevista para as próximas auditorias programadas. Registrou-se que  
88 todos os itens acima seguirão para monitoramento nos próximos ciclos de auditoria. A Vice-Presidente  
89 de Controle Interno, Marlise Alves Silva Teixeira, questionou o apontamento relativo à segregação de  
90 funções constante do relatório de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade. O Coordenador  
91 Contábil-Financeiro, Hermelindo Júnior Soares, esclareceu a situação verificada no Departamento  
92 Contábil-Financeiro, em que a mesma pessoa acumula atividades contábeis e financeiras, tendo como  
93 fator impeditivo à plena segregação a insuficiência de pessoal para atender a todas as funções  
94 demandadas. Informou-se que foi apresentada devolutiva ao CFC no sentido de que a mitigação do risco  
95 se dará pela adoção de controles adicionais, com a participação do Departamento de Governança e  
96 Conformidade. Quanto ao outro ponto do apontamento, relativo aos processos de entrega e  
97 conferência de produtos, até então realizados pela equipe da unidade de Compras, Licitações e  
98 Contratos e inseridos no sistema de estoque e almoxarifado pelos mesmos agentes, esclareceu-se que a  
99 questão foi solucionada: tais itens deixaram de ser recebidos e controlados por aquelas unidades, uma  
100 vez que passaram a integrar o contrato de disponibilização de materiais vinculado ao contrato de  
101 terceirização. **ALIENAÇÃO – SALAS DO EDIFÍCIO DIAS VELHO.** Foi apresentado o diagnóstico das Salas  
102 Comerciais 901 a 917 do Edifício Dias Velho, localizadas no Centro de Florianópolis/SC, com área de  
103 412,63 m<sup>2</sup>. Informou-se que o imóvel foi sede administrativa própria de 1974 a 2001 e, posteriormente,  
104 foi alugado e utilizado como arquivo, encontrando-se atualmente sem utilização institucional  
105 permanente. As despesas de manutenção, tomando junho/2026 como referência, compreendem  
106 condomínio de R\$ 5.230,18/mês, Celesc de R\$ 99,87/mês e taxa de lixo de R\$ 11.486,39/anual.  
107 Registrou-se que houve tentativas de alienações prévias, com licitações desertas em 2019 e 2020, e que  
108 o imóvel foi avaliado anteriormente em R\$ 1.555.000,00. Apresentou-se o fluxo de alienação previsto no  
109 Manual do CFC (Resolução CFC nº 1.612/2021), composto pelas etapas de abertura (início do processo  
110 no sistema SEI), justificativa (razões detalhadas assinadas pela Presidência), avaliação (laudo oficial pela  
111 Caixa Econômica Federal), parecer da Câmara de Controle Interno, deliberação e aprovação formal pelo  
112 Plenário, atualização contábil do ativo imobilizado e homologação (envio do processo para validação do  
113 CFC). Quanto ao status e às providências de 2026, informou-se a tramitação do processo administrativo  
114 SEI nº 9079626110000692.000087/2026-04. Como próximos passos, a administração busca a alternativa  
115 mais vantajosa, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade, sendo a nova avaliação  
116 o pilar para a abertura de novo certame licitatório, com vistas a encerrar a geração de despesas sem  
117 contrapartida institucional. No curso do debate, avaliou-se a hipótese de reforma do imóvel com vistas à  
118 venda individualizada das salas, considerando que as matrículas já se encontram individualizadas.  
119 Ponderou-se, contudo, que essa alternativa demandaria investimento elevado envolvendo a instalação  
120 de divisórias e a correção de problemas nas instalações hidráulicas e elétricas. Após debate, deliberou-

**ATA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA**  
**Nº 2026/0219, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2026.**

se por concentrar esforços na alienação do imóvel em bloco único e, caso não se logre êxito, retomar a discussão acerca da reforma com vistas à venda por sala/matricula. **GOVERNANÇA.** No âmbito da Governança e Conformidade, foram apresentados os seguintes temas. Nova Resolução CFC nº 1.797/2026: informou-se que a norma foi aprovada em 11 de junho de 2026 pelo Plenário do CFC e publicada em 16 de junho de 2026 no Diário Oficial da União (Seção 1, pág. 155), tendo por objetivo atualizar a Resolução CFC nº 1.439/2013 (Lei de Acesso à Informação), com foco em governança, transparência e gestão pública no Sistema CFC/CRCs; entre as principais alterações normativas, destacaram-se a inclusão formal da temática de dados abertos, a atualização das atribuições da Comissão de Transparência, a dispensa da referida comissão quando houver unidade de governança, a exclusão da exigência de telefone no e-SIC, a centralização do e-SIC sob responsabilidade da Ouvidoria e ajustes gerais para alinhamento à legislação vigente. Reunião da Comissão de Governança, Riscos e Compliance: informou-se que a Comissão reuniu-se em 1º de julho de 2026, sob coordenação do Conselheiro Willian Schmitt, com o objetivo de monitorar as ações de Governança, tendo como principais pontos, no eixo de Gestão de Pessoas e Conduta Ética, a contratação em análise da plataforma Sênior, a elaboração e disponibilização do Plano Anual de Treinamento 2026 e a redução de casos na Comissão de Conduta; no eixo de Planejamento, Metas e Patrimônio, a aprovação de nova ação voltada à automação, com foco na redução do esforço operacional do inventário; e, no eixo de Tecnologia, Inovação e Manutenção, a aplicação de Inteligência Artificial na fiscalização (com contratação de estagiário e consultoria especializada), a definição de nova meta para ampliação de Business Intelligence e Inteligência Artificial e a realização de manutenções corretivas em elevadores e no sistema de climatização. Reunião do Comitê de Integridade: informou-se que o Comitê reuniu-se em 17 de junho de 2026, sob coordenação de Martinho Santana e com a participação de Cláudio Petronilho e Cleber Dias, tendo como pauta principal o Plano de Integridade 2026–2027; entre os pontos debatidos, registraram-se a revisão do documento, com ajustes formais de ortografia e sumário, a previsão de divulgação mediante publicação no site após aprovação do Plenário e o foco em monitoramento contínuo e capacitação; e, como deliberações finais, a intensificação das campanhas sobre integridade e a análise da criação de relatório anual. **ENCERRAMENTO:** A Vice-Presidente de Controle Interno, Marlise Alves Silva Teixeira, agradeceu a presença dos membros da Câmara de Controle Interno do CRCSC; nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h00. A presente ata foi lavrada por mim, Hermelindo Júnior Soares, e, depois de lida e aprovada, será assinada por todos. Florianópolis, 22 de julho de 2026.

**MARLISE ALVES SILVA TEIXEIRA**  
Vice-Presidente de Controle Interno  
CT SC-21.191/O

**LUIZ RICARDO ESPÍNDOLA**  
Conselheiro  
TC SC-17.221/O

**MARCOS ALEXANDRE EMÍLIO**  
Conselheiro  
CT SC-22.714/O

**BIANCA DOS SANTOS RIBEIRO DE OLIVEIRA**  
Conselheira  
CT SC-26.930/O

**ATA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO  
DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA  
Nº 2026/0219, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2026.**

**FERNANDO RICHARTZ**  
Conselheiro  
CT SC-34.170/O

Este documento foi assinado eletronicamente [com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

Signatários e datas conforme horário oficial de Brasília:

- ✓ HERMELINDO JUNIOR SOARES (CPF XXX.189.559-XX) em 03/08/2026 21:46:28
- ✓ LUIZ RICARDO ESPINDOLA (CPF XXX.564.209-XX) em 04/08/2026 03:26:38
- ✓ MARCOS ALEXANDRE EMILIO (CPF XXX.524.229-XX) em 04/08/2026 09:06:20
- ✓ FERNANDO RICHARTZ (CPF XXX.736.559-XX) em 04/08/2026 09:09:13
- ✓ MARLISE ALVES SILVA TEIXEIRA (CPF XXX.258.119-XX) em 05/08/2026 21:07:26
- ✓ BIANCA DOS SANTOS RIBEIRO DE OLIVEIRA (CPF XXX.044.739-XX) em 06/08/2026 16:54:31